



Anais da Assembléia

Nº 09

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 006/89

DATA: 13 de março de 1989.

SÚMULA: Referenda nos Termos do Art. 5º da Lei nº 8.666, de 14.12.87, os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1988. (Mensagem do Poder Executivo sob o nº 49/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º- Ficam referendados nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666, de 14 de dezembro de 1987, nos orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos do Regime Especial, para o exercício de 1988.

FUNDAÇÕES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social- IPARDES.

Fundação Edison Vieira.

Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR.

Fundação Teatro Guaíra- FTG.

Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR.

Fundação Universidade Estadual de Londrina- FUEL.

Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa- FUEPG.

Fundação Universidade Estadual de Maringá- FUEM.

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio.

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho.

Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro

Fundação Caetano Munhoz da Rocha- FCMR

Instituto de Terras, Cartografia e Floresta do Estado do Paraná- ITCF

Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR

Fundação de Esportes do Paraná

Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão- FACILCAM

Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná- UNIOESTE

Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

AUTARQUIAS

Escola de Música e Belas Artes

Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná- IPE

Departamento de Imprensa Oficial do Estado- DIOE

Departamento de Trânsito- DETRAN

Junta Comercial do Paraná- JCP

Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente- SUREHMA

Departamento de Estradas de Rodagem - DER

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná- IPER-PR

Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção- DECOM

Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM.

ÓRGÃO DE REGIME ESPECIAL

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC

Loteria do Estado do Paraná

Coordenação da Receita do Estado- CRE

Departamento Estadual de Administração de Material- DEAM

Departamento Estadual de Arquivo Público- DEAP

Biblioteca Pública do Paraná- BPP

Colégio Estadual do Paraná- CEP

Departamento Estadual de Transporte Oficial- DETO.

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa Paranaense de Turismo- PARANA-TUR

Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural -EMATER-PR

Empresa Paranaense de Classificação de Produtos- CLASPAR

Instituto de Tecnologia do Paraná- TECPAR.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX", em 13.03.89.

(a) ANIBAL KHURY - Presidente.

3.^a SESSAO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 07.^a SESSAO ORDINARIA
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1.989

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Vera Agibert e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Qutelse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSAO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

GABINETE Nº 0272

Curitiba, 7 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Com elevada honra, encaminhamos a Vossa Excelência projeto de lei que dispõe sobre a classificação do Ministério Público e altera dispositivo da Lei n. 5.849, de 25 de setembro de 1968.

A presente iniciativa, decorre das normas contidas nos artigos 61 e 127, § 2º, da Constituição Federal, e de outras disposições constitucionais asseguradoras da autonomia, independência e regime jurí-

dico especial do Ministério Público, além do preceito do artigo 57, XI, da Carta Estadual vigente.

Os valores propostos foram fixados através dos mesmos critérios que orientaram o projeto de lei, elaborado pelo Poder Judiciário, cuja cópia vai em anexo, recentemente encaminhado à consideração dessa Assembléia Legislativa, estabelecendo os vencimentos da Magistratura estadual.

Reesalte-se, outrossim, que a remuneração de Juizes e membros do Ministério Público sempre guardou correspondência e vem sendo historicamente mantida nos mesmos padrões, mercê de uma situação jurídica consolidada e reconhecida, reiteradas vezes, pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Por outro lado, considerando a proposta de elevação de entrância contida no aludido projeto de lei, e tendo em vista o contido no artigo 3º da Lei n. 5.849, de 25 de setembro de 1968 e artigo 14 da Lei n. 8.623, de 09 de dezembro de 1987, propõe-se a alteração do artigo 65, § 3º para adaptá-lo à nova sistemática.

Com a certeza de que o Ministério Público, Instituição incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, continuará contando com o reconhecimento dos ilustres representantes do povo paranaense, na manutenção dos direitos que já lhe foram garantidos, propomos o presente projeto de lei à aprovação dessa nobre Casa.

Colho da ocasião para externar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador-Geral de Justiça

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a classificação de membros do Ministério Público e altera dispositivo da Lei n. 5.849, de 25 de setembro de 1968, e dá outras providências.

Art. 1º - O artigo 65, da Lei 5849, de 25 de setembro de 1968, com a redação dada pela Lei 7.073, de 28 de setembro de 1978, passa a ter no seu § 3º a seguinte redação:

"Art. 65 -

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º - Os promotores de Justiça de entrância especial auferem 90% (noventa por cento) dos vencimentos determinados para o Procurador Geral da Justiça".

Art. 2º - Aos atuais Promotores de Justiça de entrância final, ativos e inativos, são assegurados, para todos os efeitos legais, os direitos, vantagens e classificação de entrância especial.

Parágrafo Único - Os Promotores de Justiça de entrância final em exercício na data da publicação desta lei, terão prioridade no preenchimento dos cargos da entrância especial.

Art. 3º - O vencimento básico do cargo de Promotor de Justiça Substituto é fixado em NCz\$ 1.012,45 (um mil e doze cruzados novos e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo Único - À quantia mencionada, são aplicadas as variações percentuais na forma disciplinada no artigo 57, inciso XI, da Constituição Estadual, observada a dotação orçamentária própria.

Art. 4º - A presente lei entra em vigor na data da publicação e seus efeitos financeiros vigoram a partir de 01 de janeiro de 1989.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aplicação ao Ministério Público do Estado do Paraná, com o cálculo de verba de representação de 170%, com a criação da entrância especial.

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA

Vencimento..... NCz\$ 1.714,61
Representação..... NCz\$ 2.914,83
TOTAL..... NCz\$ 4.629,44

PROCURADORES DE JUSTIÇA (5%)

Vencimento NCz\$ 1.628,88
Representação NCz\$ 2.769,10
TOTAL NCz\$ 4.397,98

ENTRÂNCIA ESPECIAL (10%)

Vencimento NCz\$ 1.543,15
Representação NCz\$ 2.623,36
TOTAL NCz\$ 4.166,51

ENTRÂNCIA FINAL (10%)

Vencimento NCz\$ 1.388,83
Representação NCz\$ 2.361,01
TOTAL NCz\$ 3.749,84

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (10%)

Vencimento.....NCz\$ 1.249,95
Representação.....NCz\$ 2.124,92
TOTAL.....NCz\$ 3.374,87

ENTRÂNCIA INICIAL (10%)

Vencimento.....NCz\$ 1.124,95
Representação.....NCz\$ 1.192,42
TOTAL.....NCz\$ 3.037,37

PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS (10%)

Vencimento.....NCz\$ 1.012,45
Representação.....NCz\$ 1.721,17
TOTAL.....NCz\$ 2.733,62

OFÍCIO N° 15/89

Curitiba, 15 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a Vossa Ex-

celência a remessa, em devolução, do projeto do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, que se encontra nessa Augusta Casa de Leis.

Agradecendo antecipadamente a atenção, valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência minhas expressões da mais alta estima e consideração.

(a) ABRAHÃO MIGUEL

Presidente do Tribunal de Justiça

OFÍCIO N° 788/89

Curitiba, 15 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que, no dia 20 de março, corrente, às 17,15 horas, haverá sessão ordinária do Conselho Pleno desta Seccional, quando então, a ela, deverá comparecer, o Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco de Paula Xavier Neto, DD. Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, quando Sua Excelência levará ao conhecimento, oficialmente, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, das reivindicações que estão sendo feitas, aos Poderes Executivo e Legislativo.

Muito nos honraria que a Assembléia Legislativa do Estado se fizesse representar naquela sessão, ovinho detalhadamente as reivindicações que estão sendo feitas pela Associação dos Magistrados.

Assim convidamos Vossa Excelência ou outro Excelentíssimo Senhor Deputado que o represente, para participar da mencionada sessão.

Sem outro motivo, agradecendo antecipadamente a presença e aproveitando a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me com

Atenciosas Saudações.

(a) JOSÉ CID CAMPELO

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Paraná

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei 15/89, de acordo com o artigo 108 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente suscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n°

112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 182

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Attilio Fontana, ocorrido em 15 de março de 1989.

Nascido em 10 de agosto de 1890, na cidade de Santa Maria - RS, radicou-se na cidade de Concórdia - Santa Catarina, onde dedicou-se ao ramo da indústria e comércio, e fundou, em 1944, a empresa Sadia.

Empresa esta que posteriormente tornou-se no maior complexo agroindustrial da América Latina, cujas empresas, em número de 23, geram atualmente mais de 26 mil empregos diretos e lidera o mercado exportador de alimentos.

Attilio Fontana foi líder nato, além de destaque no mundo empresarial, destacou-se também na política, tendo sido Vereador e Prefeito de Concórdia - SC; Deputado Federal em 1954 e 1958, por aquele Estado; exerceu também o cargo de Secretário da Agricultura no governo de Celso Ramos; foi eleito Senador da República em 1962 e Vice-Governador em 1970.

O homenageado deixa esposa, dona Ruth Carvalho Fontana, 07 filhos, 24 netos e 25 bisnetos.

Este infausto passamento deixa uma grande lacuna no mundo empresarial e político de nosso País.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, na Fundação Attilio Fontana, situada na Rua Fortunato Ferraz, 616 - Vila Anastácio - São Paulo, Capital - CEP 05093.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, um voto de profundo pesar pela perda irreparável do Senhor Celso Ramão de Oliveira, ex-Prefeito de Porto Rico, no anoitecer do dia 07 de março último, vítima de acidente de trânsito.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao Sr. Walter Ramão de Oliveira e Família, ao Prefeito, extensivo aos demais

Curitiba, quinta, em 16.03.89

municípios de Porto Rico, e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Celso Ramão de Oliveira foi-se jovem, vítima de acidente de trânsito, como tantos que ocorrem no dia-a-dia, em Rondonópolis/MT, falecendo no entardecer de uma terça-feira, no dia 07 de março último, em Curitiba, neste Estado.

O Paraná perdeu um jovem exemplar de 32 anos, humilde, simples, bondoso, honesto e, sobretudo, trabalhador.

Celso Ramão de Oliveira, como amigo foi um irmão, cidadão exemplar, como político e como Prefeito fez com que Porto Rico se destacasse como um importante município paranaense. Para exemplificar sua liderança incontestada, em um momento de crise nacional do PMDB, Celso Ramão de Oliveira elegeu seu sucessor e os 9 Vereadores da Câmara Municipal, na prova mais cabal da aprovação de sua administração.

Pela população e pelo eleitorado era extremamente querido, pois era bondoso e justo com eles, como diziam: "seu coração era de seu tamanho", por isso obteve 88% dos votos de seu município para seu candidato. Teve uma jornada curta, mas fez, com certeza, muito pelo seu povo, muito mais do que alguns levariam, talvez, a vida toda para fazer.

Demonstrou o seu estilo de político vencedor e foi essa a marca que ele imprimiu e deixou gravada em todos nós.

Em síntese, foi um bom pai de família, bom esposo, bom filho, amou e foi amado pelos seus familiares e amigos. É por isso que sentimos o mais profundo pesar pela perda irreparável desse grande amigo e companheiro que foi Celso Ramão de Oliveira.

REQUERIMENTO N° 191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações aos Senhores Bengt Callén, Presidente da Volvo do Brasil, Motores de Veículos S/A; J. Pedro Correia, Coordenador Geral e Alan Cannell, Coordenador Técnico do "Programa Volvo de Segurança no Trânsito - versão 89", pela realização de Simpósio Regional no dia 1º de março último, no auditório do Edifício Castelo Branco, nesta Capital.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência aos ilustres Senhores.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Brasil é um dos países em que os acidentes de trânsito mais pesam na "causa

mortis" do mundo, que mata cerca de 50 mil pessoas por ano, o que corresponde a 10% do total mundial, deixando mais de 350 mil feridos em mais de um milhão de acidentes.

Tendo em vista que o governo federal decretou para 1989 o "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito", a Volvo do Brasil Motores de Veículos S/A teve a brilhante e feliz iniciativa em criar o "Programa Volvo de Segurança no Trânsito - versão 89", do qual esse Simpósio Regional, realizado no dia 1º de março último faz parte, e tem como objetivo sensibilizar a comunidade brasileira quanto à referida violência, travando uma luta incessante para melhorar as condições de segurança no trânsito e diminuir o número e a severidade dos acidentes.

A realização desse Simpósio Regional merece, sem sombra de dúvida, não só elogios pela brilhante iniciativa, como também votos de congratulações aos seus promotores que visam, sobretudo, levar a população a adquirir consciência e responsabilidade ao dirigir, bem como prestar e difundir todas as informações possíveis sobre o assunto, o que ao nosso entender, é uma iniciativa nobre e louável.

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Senhor Gilberto Bulcão, Presidente da Becton Dickinson no Brasil, pela ampliação de sua fábrica de 9 para 21 mil m², com investimento global de 36 milhões de dólares, que foi inaugurada no dia 02 de março último, na Cidade Industrial de Curitiba, nesta Capital.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre Presidente.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Becton Dickinson, instalada no Brasil há 35 anos, iniciou suas atividades em Juiz de Fora/MG e somente há 3 anos, adquiriu por 8,5 milhões de dólares, uma empresa fabricante de agulhas e seringas em Curitiba. No dia 02 de março último, a referida empresa inaugurou a ampliação de sua fábrica na CIC de 9 para 21 mil m², para a qual houve um investimento global de 36 milhões de dólares, o que hoje a torna líder de agulhas e seringas descartáveis no Hemisfério Sul e no mercado nacional. Com 19 mil empregados em 74 fábricas em 20 países, a Becton Dickinson vendeu no ano passado entre agulhas e monitores computadorizados, cerca de 1,8 bilhão de dólares, sendo que a nova fábrica de Curitiba se coloca entre as 5 primeiras no faturamento, sendo superado apenas pela

sede de Nova York (EUA), França, Itália e Alemanha.

Em um momento de crise econômica como essa porque passa o País, é com investimentos dessa natureza e envergadura que teremos a criação de novos empregos.

Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma iniciativa corajosa, louável e passível de elogios, e auguramos que o sucesso e o êxito desse empreendimento signifique não só aumento da tributação a níveis federal, estadual e municipal, mas principalmente, a renda daqueles que se encontravam ociosos e, sobretudo, a certeza de que junto com o sucesso da Becton Dickinson, a empresa trará vários benefícios sociais, eis a razão maior de nossos votos de congratulações.

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Senhor Ivan Ordine Righi, pela sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, ocorrida no dia 03 de março último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre Desembargador.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Ivan Ordine Righi iniciou sua vida profissional nos bancos escolares. Diplomou-se bacharel em Direito, tornou-se professor de Direito Civil da Faculdade de Direito de Curitiba e da Universidade Federal do Paraná; foi nomeado Promotor de Justiça em 1965; foi Procurador Geral da Justiça em 1971 e posteriormente Procurador Fiscal do Estado; em 1979 tornou-se Procurador Geral do Estado; e em 1982 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, tendo sido promovido ao cargo de Desembargador pelo critério de antiguidade, sendo hoje o mais novo integrante da mais alta corte de justiça do Estado. Com certeza, são longos anos dedicados ao Direito e à vida pública, são anos de sacrifícios e dedicação. Destarte, merece nossos votos de regozijos e congratulações.

REQUERIMENTO Nº 171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam incluídos nos Anais desta Casa, o comentário do Presidente do IBC, Sr. Jório Dauster, para os Deputados da Comissão de Fiscalização da Câmara, ao relatar os pedidos do Ministro do Desenvolvimento Industrial, Roberto Cardoso Alves, com os seguintes

dizeres:

"A indústria de pleitos é a mais vigorosa hoje no país. Para ela nunca há recessão."

O comentário é de profundo sentido, e merece atenção por parte dos Deputados do Estado do Paraná, pela maneira com que são tomadas decisões por parte do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões, solicitando a imediata revisão da metodologia utilizada para correção do reajuste das prestações da casa própria, atualmente, efetuadas pela variação das LFTs - Letras Financeiras do Tesouro Nacional. Entende-se que esta não é a melhor metodologia a ser aplicada, tendo em vista que o Plano Verão congelou preços e salários (a questão salarial ainda está em estudo) e trata-se de grande incoerência aplicar correção desta natureza, que vem prejudicando os trabalhadores e assalariados de todo País, no sentido de que os mesmos não terão condições de pagar suas prestações, tensionando-os em relação ao atraso nas referidas parcelas, porque não conseguem adequá-las ao seu parco orçamento.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de apoio ao IBC - Instituto Brasileiro do Café, na pessoa de seu Presidente, Sr. Jório Dauster, pela atitude acertada de rejeitar dois pleitos do Ministro Roberto Cardoso Alves, que visavam o benefício de pessoas de seu relacionamento.

Consta que: "No final do ano passado, o Ministro Cardoso Alves enviou ao IBC proposta da empresa Kleide de Marília-SP - considerada interessante pelo Ministro e inconveniente pelo IBC -, para realizar a padronização de 1,5 milhão de sacas dos estoques do governo, ao preço de 1,5 OTN/saca, com custo total de 15 milhões de dólares, livre de despesas de impostos, frete e sacaria. O IBC respondeu ser desnecessária a despesa, já que o mesmo dispunha de máquinas para processar a padronização e quando elas se mostrassem insuficientes, realizaria licitação pública,

em vez de dar exclusividade a uma única empresa.

Em outra ocasião, já em janeiro deste ano, o Ministro Cardoso Alves novamente intercedeu, desta vez em favor da indústria de café solúvel Cocam, pertencente ao Grupo Matarazzo, para que o IBC abrisse uma exceção e lhe concedesse uma cota de exportação de 10 mil sacas de café descafeinado isenta de compra, em leilão, de um documento chamado "direito de declaração de venda", obrigatório nas exportações de café e fonte de recursos para o Funcafé. Essa isenção resultaria numa perda de arrecadação de mais de US\$ 400 mil, o que levou o Presidente do IBC, Jório Dauster, a mais uma vez não concordar com o pleito.

No depoimento que prestou à Câmara para explicar as razões que levaram o IBC a rejeitar o aumento do subsídio pleiteado pelo Ministro, Jório Dauster, fez uma comparação surpreendente: o preço de uma lata de 50 gramas de café solúvel custa para o consumidor brasileiro US\$ 1,00; enquanto era de US\$ 0,20 o preço embutido na venda para a URSS, ou seja, o brasileiro paga pelo produto nacional cinco vezes mais do que pagaria o soviético. Além disso, o aumento do subsídio não teria nenhum efeito sobre o preço final da venda, "seria simplesmente repassado para o fabricante" afirmou Dauster.

Vale a pena frisar que: "nos últimos 10 anos, de acordo com os números apresentados por Dauster, o governo brasileiro pagou duzentos milhões de dólares, em subsídios à indústria de café solúvel, constituída por apenas nove empresas."

Diante de todas estas informações, conforme notícia divulgada nos principais jornais do País, é lowável a posição do Sr. Jório Dauster, para mais uma vez defender os interesses do Brasil.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de moção de apoio à indicação do Desembargador Luiz José Perrotti ao Superior Tribunal de Justiça, indicação esta respaldada pelo curriculum vitae em anexo.

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de o Desembargador Luiz José Perrotti prestar relevantes serviços ao Poder Judiciário e à comunidade paranaense desde a data de 15 de janeiro de 1954, tendo iniciado sua carreira como Escrevente Jumentado da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, exercendo hoje a função de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça

do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO N° 195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, conforme faculta o artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembleia em Comissão Geral, para apreciar as mensagens oriundas do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, em data de 20 de março de 1989, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 197

Senhor Presidente.

Os Deputados, que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja instalada Comissão Especial de Investigação, para apurar denúncias publicadas na imprensa, concernentes a irregularidades que culminaram com prejuízos ao BADEP, em especial ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, no valor de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares).

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(aa) PAULO FURIATTI, PEDRO TONELLI, RAUL LOPES, BASÍLIO ZANUSSI, EDMAR LUIZ COSTA, ALGACI TÚLIO, EDUARDO BAGGIO, NEREU CARLOS MASSIGNAN, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NEIVO BERALDIN, SABINO CAMPOS, PAULINO JOSÉ DELAZERI, ARTAGÃO MATTOS LEÃO, ACYR MEZZADRI, VALDERI MENDES VILELA, TADEU LÚCIO MACHADO, PIRAJÁ FERREIRA, WERNER WANDERER e NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO N° 198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja fixada a data de Sessão Especial, para a outorga de "Título de Cidadania Honorária", ao Senhor SUNAO ITO, em 06 de abril de 1989, às 15:00 horas.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Comissão Mista do Orçamento, na Câmara Federal, em Brasília, requerendo empenho dos Parlamentares que a compõem, para o parecer positivo na liberação de recursos para a duplicação da BR-116.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Denominada "rodovia da morte", a BR-116, necessita, com urgência, ser duplicada para que não coloque em risco aqueles que por lá trafegam diariamente (caminhões, ônibus, carros particulares).

REQUERIMENTO N° 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando ampliação do número de salas de aula para atender aos moradores dos conjuntos habitacionais Ney Braga e Parque das Hortências:

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a mudança, com urgência, da lagoa de tratamento da SANEPAR, atualmente situada em perímetro urbano, no Município de Maringá, cujo mau odor prejudica os moradores das imediações, para um local adequado:

1. Governador Álvaro Dias;
2. Presidente da SANEPAR, Didio Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação já é muito antiga por parte dos moradores das imediações onde está situada a lagoa da SANEPAR, tendo em vista que ninguém suporta o mau odor emitido por ela. Esse problema causa inúmeros transtornos e o principal deles é a desvalorização dos imóveis situados na Zona 2, além do prejuízo à saúde daqueles moradores.

REQUERIMENTO N° 176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a imediata construção de uma escola na Vila Sete em Maringá:

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Vila Sete, em Maringá, é um dos maiores bairros em número de habitantes e, no momento, a falta de salas de aula para atender a população local é um dos graves problemas daquela comunidade. Solicita-se empenho do Governo Estadual no sentido de sanar esta questão, já que a responsabilidade pelo ensino da zona urbana é dele.

REQUERIMENTO N° 178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes ao Governador do Estado, Sr. Álvaro Dias e ao Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando aos mesmos que seja feito um estudo da viabilidade da instalação no Estado do Paraná, de um Hospital da Mulher, que ofereça atendimento integrado aos problemas da mulher, e que funcione como instituto de pesquisas e centro controlador dos programas adotados pelos centros de saúde e hospitais secundários em todo o Estado, referentes à saúde feminina.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Presidente do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, Sr. Araripe Serpa, voto de apoio, pela sugestão de se confiscar os lucros dos exportadores envolvidos na venda de 290 mil toneladas de açúcar a preços inferiores aos aplicados no mercado internacional.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam liberados em regime de urgência os recursos necessários para que sejam iniciadas as obras de duplicação da BR-116, por ser esta rodovia uma das principais vias do País, e de tráfego intenso e pesado. A rodovia em questão encontra-se em estado precário, e a cada dia vem ceifando cada vez mais vidas de pessoas que se "arriscam" a trafegar por este "corredor da morte".

1. Presidente da República, Senhor José Sarney.

2. Ministro dos Transportes, Senhor José Reinaldo Tavares.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, encarecendo a necessidade de se designar mais funcionários para atender o público na 18ª CIRETRAN, com sede em Nova Esperança, ainda que através de contratação em caráter excepcional, assim como a realização de exames psicotécnicos, na mesma localidade.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A situação da 18ª CIRETRAN de Nova Esperança é das mais difíceis, em razão da falta de funcionários. O atendimento é precário, causando sérios transtornos às centenas ou talvez milhares de pessoas que recorrem ao órgão, todo o mês. Seu atendimento se estende não só a Nova Esperança, mas também aos Municípios de Alto Paraná, Atalaia, Floraí, São Carlos do Ivaí, Cruzeiro do Sul, Uniflor, Paranacity, Jardim Olinda, Paranapoema, Flórida e Presidente Castelo Branco.

Apesar do volume de trabalho não há funcionários no órgão. O próprio chefe está doente e nada pode fazer, diante da gravidade da situação. Uma solução foi tentada, com o deslocamento de funcionários de outras localidades, mas, ao que parece, não deu certo, pois a medida implicaria em pagamento de diárias e outros gastos.

Impõe-se, então, uma medida urgente, ainda que de caráter emergencial. Isto é, se não for possível a designação de funcionários de outra localidade, que se providencie a contratação, ainda que em caráter de emergência ou por tempo certo. Como está, é que não pode continuar, pois as reclamações se avolumam dia-a-dia, tornando a situação insuportável. Muitas vezes as pessoas se deslocam de municípios distantes e não conseguem ser atendidas, ficando totalmente revoltadas. Isso ocorre tanto no setor de entrada de documentos, como na seção de registros ou expedição. O drama é sempre o mesmo.

Daí, o apelo que se faz ao Senhor Secretário da Segurança, a fim de que encontre uma solução imediata e efetiva, pois a situação é realmente insustentável para um serviço de tamanha importância e responsabilidade.

Também se faz necessária a realização, ainda que periódica, de exames psicotécnicos em Nova Esperança. Atualmente, para se

habilitar, os candidatos são obrigados a se deslocar até Municípios distantes, o que importa na demanda de tempo e altos custos. Esse, também, tem sido motivo de muitas queixas e reclamações, razão pela qual acredita-se na sensibilidade do Senhor Secretário, determinando as providências que se fazem necessárias para a concretização desse objetivo.

São medidas justas e urgentes, que merecem apoio dos nobres Senhores Deputados e acolhida por parte da SESP.

REQUERIMENTO Nº 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de São João, criado pela Lei nº 6964, de 20 de dezembro de 1977, no Município de Altônia.

Outrossim, toma a liberdade de encaminhar em anexo, fotocópia da lei que criou o referido Distrito Administrativo, bem como dados referentes ao progressista Distrito de São João que justificam plenamente a sua estruturação como Distrito Judiciário.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor ALVARO DIAS, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de apelo àquelas autoridades, a fim de que se reveencie especial atenção para a necessidade de asfaltamento do trecho da BR-153, Rodovia Transbrasiliana, compreendido entre os Distritos de Ventania e Alto do Amparo, ligando à Rodovia do Café.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente moção que ora se pretende submeter à consideração dessa Colenda Casa, está fundamentada no veemente apelo recebido de lideranças políticas e organismos representativos dos mais diversos segmentos da nossa sociedade, os quais, num esforço conjunto congregam interesses inerentes a toda uma região, visando com

isso, sensibilizar as autoridades constituídas para um efetivo posicionamento quanto a execução das obras de melhoria do eixo-mestre rodoviário, constituído pela BR-153 - Rodovia Transbrasiliana, particularmente no que concerne ao asfaltamento do trecho compreendido entre os Distritos de Ventania e Alto do Amparo, com ligação à Rodovia do Café.

Vale mencionar aqui a importância desse trecho para a região, visto que se constitui o conector da Malha Rodoviária do Paraná e sem a menor dúvida virá desafogar as Rodovias Federais e Estaduais que percorrem o litoral em busca dos mercados consumidores maiores, já que suas ligações com outras rodovias já existentes, encurtarão o acesso ao Norte e ao Sul do País.

Por outro lado, a citada Rodovia BR-153, já se encontra com seu traçado aberto entre Ventania e Alto do Amparo, cortando Municípios como Tibagi, cuja produção agrícola e pecuária de grande monta, urge pela necessidade de pavimentação do mencionado trecho para o escoamento de suas safras, visto que em épocas chuvosas não permite a menor condição de tráfego.

Diante do exposto, encarece o Parlamentar medidas dos órgãos competentes, a fim de que esta antiga aspiração venha a tornar-se uma realidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 036/89
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Paraná à IRMÃ FRANCISCA BYBLOW, pelos imensuráveis serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) VERA AGIBERT.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Irmã Francisca Biblow, Superiora Geral da Congregação das Irmãs Servas de Maria Imaculada levado à apreciação deste Augusto Plenário, justifica-se pela sua brilhante atuação frente à Congregação, desenvolvendo atividades no campo pastoral, de saúde, educação e serviço social.

PROJETO DE LEI Nº 037/89
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual São Francisco, abrangendo a área onde está localizado o salto São Francisco, no rio

do mesmo nome, no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - A área do Parque será delimitada pelo Governo do Estado, no prazo de 120 dias, não podendo ser inferior a 200 alqueires.

Art. 3º - O parque constará de uma área, a ser delimitada, de preservação permanente, não inferior a 90% do total, e uma destinada para lazer e exploração econômica.

Art. 4º - As atividades que englobem o aproveitamento da área de lazer e exploração econômica serão feitas em convênio com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

Art. 5º - O Governo do Estado desenvolverá um programa de manutenção e ou implantação de matas ciliares, às margens do Rio São Francisco e seus afluentes, com o objetivo de evitar degradação ou contaminação daquela bacia hidrográfica, mesmo fora dos limites do Parque.

Art. 6º - O Salto São Francisco não poderá ter aproveitamento para qualquer outra finalidade a não ser as previstas nesta lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

No Município de Prudentópolis está situado um dos maiores saltos em queda livre, do País.

A área onde está localizada o Salto São Francisco, com 198 metros de altura, ainda está preservada com a mata nativa característica do Sul do Paraná.

Trata-se de um formidável fenômeno da natureza e que precisa, com urgência, ser preservado a fim de que não ocorra ali a devastação tão comum, ainda, neste País.

O isolamento da área, a dificuldade de acesso por muitos anos permitiu, felizmente, que o salto de São Francisco ficasse praticamente desconhecido até agora e principalmente preservado. Por isso, há necessidade de medidas para a sua proteção, e, sobretudo, para que possamos ter acesso àquela beleza da natureza. Mas para que isto ocorra, primeiro, vamos tomar medidas de proteção daquela reserva ecológica.

O potencial turístico é grande e por isso estamos propondo que juntamente com a criação do Parque Estadual se procure uma área para o aproveitamento econômico, com destinação de áreas para a implantação de hotéis, campinas, restaurantes e estacionamento, em perfeita harmonia com a natureza. Isto pode ser feito, ainda, desde que se estudem maneiras de aproveitar devidamente aquela área, dando-se prioridade para a preservação da natureza.

Como se pode notar o que estamos propondo é a harmonia ecológica, inserindo-se o homem na natureza. E para que isto ocorra, estamos propondo a preservação da maior parte daquela reserva nativa de uma das áreas mais belas do Estado e ainda intacta. Delimitando-a com racionalidade estaremos preservando para sempre o Salto São Francisco dentro do contexto do meio ambiente que o envolve e ao mesmo possibilitando que tenhamos acesso àquela formidável manifestação da natureza.

Ao mesmo tempo em que pretendemos que seja criado o Parque Estadual, propomos a preservação ou implantação de matas ciliares na bacia do Rio São Francisco para se preservar intactas as características do Salto de São Francisco.

Quanto ao aspecto turístico este é viável pois além da atração natural daquele salto, a sua localização permite que seja incluído no roteiro de quem se desloca para Foz do Iguaçu.

Paralelamente à questão da preservação do Salto, o Parque São Francisco se constituirá num magnífico santuário ecológico da mata característica do sul do Paraná que servirá para estudos ecológicos.

PROJETO DE LEI Nº 038/89

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao empresário FERNANDO CAMPINHA GARCIA CID, pelos imensuráveis serviços prestados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de lei, levado à apreciação deste Augusto Plenário, pela brilhante atuação do empresário Doutor Fernando Campinha Garcia Cid, representante da quarta maior empresa de transportes do Brasil, a Viação Garcia, considerada a primeira em organização, dentre as mais destacadas do setor, pelo brilhante desempenho frente à Gerência Geral.

O trabalho do empresário Fernando Campinha Garcia Cid, reconhecidamente como profundo conhecedor dos sistemas de transportes, tanto no Brasil como no Exterior, desenvolveu atividades como Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários Interestaduais e Internacionais de Passageiros, Diretor do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários Intermunicipais do Paraná, Vice-Presidente da Federação de Transportes

do Sul do Brasil, e membro do Conselho de Administração da Volvo do Brasil, fazendo parte da história da Viagem Garcia.

PROJETO DE LEI Nº 039/89
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VILA PINTO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Moradores da Vila Pinto, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, está devidamente enquadrada dentro das normas estabelecidas pela lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

A referida Associação, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à comunidade de seu bairro, gratuitamente, informações dos mais variados segmentos, com a organização de reuniões, grupos de limpeza de ruas, coletas de lixo, passagens para formalizar aposentadorias, registro de cartório para crianças carentes, auxílio funeral, auxílio doença, mão-de-obra e material para construção, realocação de famílias na beira do rio, cadastramento de 3.000 famílias no Mercado Popular, e 250 famílias no programa do leite da SEAC, além de inúmeras outras atividades, o que ao nosso entender, trata-se de objetivos além de legítimos, ideais que atendem ao interesse da coletividade.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido projeto de lei, esperando contar com o apoio e posterior aprovação dos demais nobres Deputados desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 040/89
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a UNIAO SOCIAL DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) RAUL LOPES

PROJETO DE LEI Nº 041/89
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através do DETRAN, autorizado a permitir a condução de veículos automotores e ciclomotores a menores de 18 anos de idade e maiores de 16.

Art. 2º - A permissão será concedida mediante as seguintes condições:

a- Apresentação de termo de responsabilidade dos pais ou responsáveis;

b- Apresentação de certificado de conclusão de curso de habilitação para motoristas, expedido por auto-escola devidamente reconhecida pelo DETRAN;

c- Apresentação de certificado de conclusão do 1º Grau escolar;

d- Exame de habilitação perante o DETRAN, obedecidas as normas em vigor para motoristas amadores.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Sem qualquer sombra de dúvida os tempos mudaram. Hoje a nossa juventude, especialmente os maiores de 16 anos de idade representam um contingente enorme e tem a sua frente os destinos da Nação.

Com os mais velhos, a juventude elegirá o Presidente da República no final do ano, direito que lhe foi assegurado na Constituição Federal recém-promulgada.

O seu discernimento foi reconhecido pelo legislador pátrio federal, pois lhe atribuiu a escolha, com outros, do mandatário mor do País.

Além deste fator, que por si só já é determinante de sua capacidade, é-lhe estendida a possibilidade do exercício de vários atos da vida civil, até mesmo o contrato bancário, com a respectiva emissão de cheques.

O plano de lei visa, também, adequar o momento em que vivemos a realidade, pois que é de todos sabido que há muito, os maiores de 16 anos e menores de 18, vêm dirigindo veículos automotores e ciclomotores com a mesma habilidade dos mais velhos.

Diante do exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares à proposta em apreço.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comunicamos a esta Assembléia que a greve geral, que nós consideramos justa, na nossa região e principalmente em Maringá, conduzida de forma pacífica, onde os trabalhadores percorreram as ruas da cidade, estabelecimentos de ensino, órgãos do Estado, enfim, a classe trabalhadora se uniu para dar uma resposta a este Governo perdulário, ilegítimo, de que não aceita mais determinadas arbitrariedades, principalmente no tocante a abusos salariais.

Por outro lado, estamos encaminhando à Mesa, e pedimos o apoio dos nobres Pares, no sentido de que, em havendo um precedente do jovem que tem discernimento e que se acha preparado para votar nas eleições deste ano, com a devida autorização dos pais ou dos responsáveis, que estes maiores de dezesseis, menores de dezoito, possam também trafegar pelas rodovias e pelas cidades paranaenses devidamente habilitados. Para que possamos desta forma, como já procedem alguns Deputados da Câmara Federal, Deputados da Assembléia Legislativa de outros Estados da Federação, tenhamos também o ensejo de dar uma oportunidade ao jovem que tem as suas obrigações, mas, evidentemente, também têm os seus direitos, para que eles possam dirigir de forma responsável e habilitados em nosso Estado. É o apoio que nós pedimos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os jornais "Gazeta do Povo" e "Correio de Notícias" de hoje trazem denúncia da maior gravidade que está exigindo imediata investigação e apuração das responsabilidades.

A matéria diz respeito a empréstimo contraído pela Empresa PROMEPAR - Produtos Médicos do Paraná, envolvendo a soma de três milhões de dólares junto ao BADEP.

Na "Gazeta do Povo" diz:

"Um golpe de cerca de três milhões de dólares foi aplicado contra a BADEP por um empresário de São Paulo e o caso está movimentando setores financeiros e da justiça do Paraná para tentar reaver esta vultosa quantia. Explica o Secretário Luiz Carlos Haully, da Fazenda, que tudo teve início quando o BADEP interveio na Empresa PROMEPAR, fabricantes de agulhas e seringas descartáveis que estava indo à falência. Isso ocorreu no ano de 1973, quando a PROMEPAR apresentou grandes dívidas no mercado e não tinha como saldá-las. Em 1982 o BADEP, através do Fundo de Desen-

volvimento Econômico, adquiriu 92% das ações da empresa e passou a administrá-la até que conseguiu a sua recuperação econômica ..."

Diz mais:

"... É de se estranhar que o juiz da quarta Vara da Fazenda Pública, não tenha tomado menor zelo para liberação de tão elevada quantia quando normalmente a justiça peca por excesso de zelo em tais casos. Lamenta o Secretário Luiz Carlos Haully e promete uma mobilização geral dos setores do Governo, para tentar reaver este dinheiro. Trata-se do dinheiro do povo que deve voltar aos cofres públicos, finalizou".

No Correio de Notícias com a manchete "O Governo quer saber onde estão três milhões de dólares", diz no seio da matéria, que entre as inúmeras irregularidades verificadas no processo que culminou com o saque de valores "sub-judice" está o despacho do desembargador relator Zeferino Krucoski, cassando a liminar de mandado de segurança que bloqueava o depósito.

A falta de qualquer cautela ou fiança para assegurar o retorno da quantia resultou no desaparecimento de três milhões de dólares. Ora Senhores Deputados ...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - O Senhor poderia informar como é que foi pego este dinheiro?

Como é que ele pegou esse dinheiro e desapareceu do Paraná?

O SR. PAULO FURIATTI - Na sequência eu vou lhe informar.

Ora Senhores Deputados, a denúncia é da maior gravidade. Não pretendemos neste momento entrar em mérito quanto à decisão do referido juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública e do referido desembargador, que liberaram para o paulista João Conrado Mesquita, tão expressiva quantia em dinheiro, até por que o Poder Judiciário historicamente tem merecido nesta Casa todo o nosso respeito.

No entanto, Senhores Deputados, a gravidade da denúncia formulada pelo honrado Secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully merece ser investigada. Merece por partir de um Secretário sério, de um Governo que tem timbrado o seu desempenho principalmente pelo zelo com o dinheiro público. Uma das chagas mais dolorosas neste País, que compromete a respeitabilidade e o conceito dos três Poderes desta República, tem sido a impunidade daqueles que no exercício da função pública, acumpliciados com setores privados assaltam os cofres públicos deste País.

Estamos num momento diferenciado da vida brasileira, num momento em que toda a população exige medidas drásticas para frear estas irregularidades que tanto mal

têm causado.

Lê) "No caso da presente denúncia, procuramos nos acercar de informações fidedignas que, desde já permitem concluir o seguinte: Na esteira de irregularidades grosseiras que ferem o Direito vigente, aqueles que por dever de ofício, tinham a obrigação de evitá-las, propiciaram a subtração de valores subjudice, que atingem hoje cifra superior a três milhões de cruzados novos, tudo sob uma aparência de legalidade.

As irregularidades em síntese consistiram nos seguintes fatos:

a) - O cidadão João Conrado Mesquita que requereu e logrou levantar tal fabulosa importância não era parte legítima para estar em juízo da forma que fez, uma vez que já havia dado plena e geral quitação à massa falida;

b) - O Promotor Público, Dr. Antônio Bassi, em 20 de janeiro de 1989 deu parecer respaldando a liberação desses recursos e ao fazê-lo, segundo informa o BADEF, laborou em inverdades que, conquanto inaceitáveis, acabaram por servir de pressupostos para o verdadeiro assalto verificado contra os cofres públicos;

c) - As partes interessadas, falido e demais credores sofreram cerceamento de defesa, pois não foram intimados da Petição do referido beneficiário do golpe, Senhor João Conrado Mesquita, não havendo intimação ainda quanto ao sobredito parecer do Promotor;

d) - O despacho do Juiz, sujeito a recurso, que passou a, imediatamente, ter efeitos com a entrega, sem qualquer cautela de caução ou fiança para João Conrado Mesquita do referido dinheiro, que jamais poderia ter levantado tal quantia, sem, no mínimo, previamente prestar fiança ou caução;

e) - Informações prestadas pelo mencionado Juiz da 4ª Vara da Fazenda, Juiz da Falência, à Instância Superior, de forma errônea e falsa quanto ao suposto recebimento por parte do BADEF, de seus créditos;

f) - Apesar da liminar concedida pelo ilustre desembargador Lima Lopes Presidente do Tribunal de Justiça da época, o Des. Relator Dr. Zeferino Krukowski, deu despacho cassando liminar do mandado de segurança impetrado pela massa falida, fundamentando-se nas referidas informações prestadas pelo Juiz, e pela suposta ausência da prova da tempestividade do agravo de instrumento, quando esta prova da tempestividade do agravo de instrumento, quando esta prova estava juntada nos autos de mandado de segurança em seu poder, questão que para ser elucidada bastava um pouco de cautela consistente na leitura do processo;

g) Finalmente, a rapidez com que os valores levantados foram transformados em espécie, em menos de 24 horas, o que impediu o seu bloqueio, quando agora o próprio Desembargador Relator reformou o seu despacho, o que promete constituir-se em dano irreparável aos cofres públicos, especialmente para o Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Desta forma, Senhores Deputados, a par das medidas correcionais que por certo o Poder Executivo Estadual requererá junto ao Poder Judiciário, parece-me da maior importância que instalemos uma CPI para investigar em toda sua extensão, desde a aprovação do empréstimo havido no BADEF, até a liberação irregular e ilegal ocorrida nos últimos dias, noticiada pela imprensa.

Essa providência dignificará o Poder Legislativo e na pior das hipóteses, servirá, ao depois, para que os fatos fiquem perfeitamente esclarecidos junto à Instância Suprema da Opinião Pública".

Quero comunicar a esta Casa que o nosso requerimento pedindo a instalação de uma Comissão Especial de Investigação já consta de doze assinaturas dos 12 Deputados que encontramos pela frente. Precisamos de mais seis companheiros para que possamos chegar nas dezoito assinaturas e investigar esta questão gravíssima em que subtraiu-se do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná, três milhões de dólares.

Com o aparte o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentar o Deputado Furiatti, dizer da importância em se instalar, neste momento, essa CPI. Tenho certeza que os demais companheiros Parlamentares assinarão para que possa ela ser instalada com dezoito assinaturas.

E queria dizer mais que Vossa Excelência mencionou aí um Parecer do Promotor, parece-me Antônio Bassi; esse promotor foi notícia policial na semana passada. Foi aquele que praticou atos obscenos na manhã da última sexta-feira quando apenas de calção ou apenas de zorba, subiu ao muro da sua casa e fazia atos obscenos a uma menor, uma garota de treze anos de idade. Um fato que a imprensa apenas falada noticiou, porque a imprensa escrita foi toda manipulada para que a notícia não fosse divulgada. Mas nós, em nosso programa de rádio demos a notícia, porque a exemplo de que o homem da favela, o trabalhador, o operário, o pobre, vira notícia policial, por que não quando envolve um homem do Poder Judiciário, quando envolve um homem da polícia, quando envolve uma pessoa da justiça.

Por isso veio-me a lembrança quando

Vossa Excelência citou aí no seu pronunciamento o nome de Antônio Bassi. Este homem é aquele que cometeu escândalo na semana passada em Curitiba.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte do nobre Deputado, Algaci Túlio, do PDT que traz aqui mais uma notícia e reforça a imprensa que tenho sobre a lama que envolve este caso.

Concedo aparte ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Bem, além do que falou o Deputado Algaci Túlio a respeito do Senhor Bassi, eu queria fazer uma pergunta a Vossa Excelência: são instaladas várias Comissões nesta Casa para apurar irregularidades: eu perguntaria a Vossa Excelência.

Vossa Excelência acha que compensa instalar, acho que vamos chegar a um denominador comum, alguém vai preso, alguém vai para a cadeia, alguém vai devolver este dinheiro ao BADEP, ou vai ficar tudo como estava dantes? Porque, outro dia, noticiei no meu Programa de Televisão, que um Deputado desta Casa, o Deputado Algaci Túlio, tinha pedido para que o Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner viesse depor aqui. Este cidadão que está em Guaratuba - só para chegar onde quero - mandou me processar, pediu a fita do meu programa, mandaram para a Embaixada, já chegou em Brasília, e agora ele caiu e acho que não vão me processar mais - isto por que eu chamei de uma série de adjetivos, porque ... todos os carros roubados vão para lá, tráfico, etc., - e ainda há pouco apresentei uma matéria na televisão, e de onde vem a maconha? Do Paraguai. Este cidadão mandou requisitar uma fita minha e mandou me processar. Tudo bem, é um direito que lhe assiste. E sei que para me processar teria que passar por esta Casa, mas disse que ia mandar para o Itamarati para depois vir para cá.

Muito bem, eu vejo outros Deputados aqui lutando, gritando para que se acabe com a corrupção, com os desmandos, com a sem-vergonhice que existe aí. Então li isto atentamente, vi ontem na Rede Globo de Televisão e depois em outras emissoras, mostrarem, inclusive, a indústria falida. Confesso ao Senhor, nobre Deputado, que não entendi como é que a justiça liberou o dinheiro a ele, ele recebeu o dinheiro. Estou confuso. Como é que ele pegou o dinheiro, os 3 milhões de dólares e desapareceu do Paraná.

Então gostaria de saber se esta Comissão que estamos montando agora e que eu com muito prazer assinei, quero saber se vamos chegar a um denominador comum! se alguém vai prender este cidadão, se ele

terá direito de ir para a cadeia, porque parece que ele desapareceu do Paraná com os dólares, é mais um rambo que acontece neste País. Gostaria de que Vossa Excelência explicasse para este parlamento se apenas vamos ficar na divulgação ou se realmente vai acontecer alguma coisa de efeito, se vão mandar buscar o homem, se vão trazê-lo aqui. O Deputado Algaci pediu para que trouxessem o homem do Paraguai. Não pode! Ele está fechadinho lá na casa, colocaram um tapete para ele ir ao mar, está tudo tranquilo; agora esse aí será que dá para a gente ir buscá-lo e fazê-lo vir depor aqui, fazê-lo trazer os dólares aqui para a gente ver como é que está?

O SR. PAULO FURIATTI - Nobre Deputado Alborghetti, quero lhe esclarecer dizendo o seguinte: em todas as Comissões que participei aqui nesta Assembleia Legislativa houve conclusões. E na última que participei, recentemente, a Comissão de Educação, houve conclusões; e haverá, sem dúvida nenhuma, conclusões, porque pela nova Constituição a Assembleia Legislativa quando instaurada em comissão tem poder de polícia. A nova Constituição amplia os poderes dos Parlamentares no sentido de que nós poderemos investigar, levantar e ter o poder de polícia. Isto dá a nós, Senhor Deputado, condições de efetivamente procurar saber além do cidadão que desembolsou 3 milhões de dólares, nós precisamos esclarecer para a opinião pública quais são os fatores intermediários que propiciaram tais condições, porque não é assim: o cidadão não chega lá e bota a mão em 3 milhões de dólares.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Muito bem, se esta Comissão tem poder de polícia, eu pediria ao amável guru que mandasse buscar a polícia agora e prender o Senhor Stroessner para depor aqui na Comissão do Deputado Algaci Túlio, por gentileza. Já que nós temos poder de polícia, vamos buscar o homem lá em Guaratuba, é pertinho, é rapidinho.

O SR. PAULO FURIATTI - Então, Deputado Alborghetti, quero lhe esclarecer o seguinte, que eu não tenho a menor dúvida, Deputado, de que as informações que já dispomos teremos condições de saber quem são aqueles. Primeiro, que quem botou a mão nos milhões de dólares, todo mundo sabe. É o cidadão, prezado cidadão de São Paulo, cujo nome é João Conrado Mesquita. Como é que ele entrou lá, botou a mão em três milhões de dólares e em 24 horas transformou isso em espécie?

Então precisamos saber tudo isso. Como é que um promotor dá um parecer? Nós precisamos saber. O Promotor Antônio Bassi

deu parecer respaldando a liberação destes recursos.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado, João Conrado Mesquita é famoso no Paraná! Se Vossa Excelência mantém desconhecimento, já devia ter cautela. Como advogado eu lhe digo que parece que houve conivência de outras partes interessadas, neste processo. Tem razão, assim, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti quando diz da instalação de uma CPI, que eu também acredito que não vá dar em nada. Porque nós não vamos mexer apenas com o Promotor Antônio Bassi. Este cidadão, João Conrado Mesquita é famoso pela sua investida no Município de Foz do Iguaçu, Se Vossa Excelência não tem conhecimento disso, é bom que tome conhecimento. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Deputado Algaci Túlio, Deputado Pirajá Ferreira e outros Deputados que dispõem de instrumentos de comunicação na mão, podem verificar isso com mais profundidade. Existe coisa muito mais pesada e muito mais séria por trás deste pequeno golpe de três milhões de dólares contra o Estado do Paraná.

Aliás, vamos descobrir mais coisas através desta CPI.

Realmente, é muito interessante esta posição de Vossa Excelência, porque nós vamos, realmente, mostrar que aqui no Paraná tem muito mais gente dando golpe e que nunca foram paranaenses. É preciso, Deputado Furiatti, acabar com isso de uma vez por todas. Eu trago esta informação a Vossa Excelência porque conheço a fama dessas pessoas. Já passaram pelo Norte do Paraná, chegaram ao Oeste do Paraná, estão atacando Curitiba e outros Estados da Federação. Isso é coisa séria.

Parabenizo Vossa Excelência pelo pronunciamento.

O SR. PAULO FURIATTI - Eu agradeço, Deputado. E nós precisamos acreditar. Acreditar que os Parlamentares podem ir a fundo nestas questões. Porque não devemos desacreditar no Parlamento. Nós não devemos desacreditar. Se nós fizermos uma Comissão e investigarmos, precisamos começar a dar o exemplo por nós mesmos.

O Sr. Neiwo Beraldin - Deputado Furiatti, quero cumprimentá-lo pela brilhante posição que toma, hoje, nesta Tribuna e quero concordar com Vossa Excelência quando diz que nós devemos acreditar. É verdade. Nós devemos acreditar num mundo novo. Onde um cidadão, especialmente um homem público deste País, possa andar livremente e não precise ser acompanhado por seguranças, por ser um homem público sério e honrado. Ao contrário, invertem-se as coisas neste País. Os sérios precisam de seguran-

ça, os "lobbistas", aqueles que dão os grandes golpes, vivem em hotéis 5 estrelas, neste País. Por isso, parabéns Vossa Excelência, na certeza de que esta Comissão que será formada agora, vai levantar veridicamente os fatos.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Inclusive, aproveitando comunicando à Mesa que os Deputados que assinaram, entenderam que seria melhor uma Comissão Especial de Investigação, para ter prazo para terminar. Então, consta do documento e eu faço isso em Plenário para que não haja dúvidas, que a rasura "Comissão Parlamentar de Inquérito" passa para "Comissão Especial de Investigação".

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Ilustre Deputado Paulo Furiatti: a sua preocupação em relação a esta questão dos três milhões de dólares, apenas para avivar a memória da Assembleia Legislativa, em 1986 eu denunciei da tribuna a venda da Beckton Dickson a uma empresa multinacional. E ao que me consta, esses 3 milhões de dólares fazem parte de um pagamento, alguma coisa lá de alguém que se habilitou naquele processo todo. E isso me vem à memória aquela questão, vem provar o quanto nós tínhamos razão da inoportunidade da venda Beckton Dickson; além do prejuízo que o Estado teve. E vimos agora, a menos de 30 dias, a Beckton Dickson publicar cadernos especiais em todos os jornais comunicando investimentos em torno de 36 milhões de dólares. À época eu afirmava que a Beckton Dickson faria um investimento de 20 milhões de dólares que fui desmentido pela empresa, alertava que era um mercado garantido em termos de seringas descartáveis e hoje essa empresa preocupa inclusive, em exportar, porque detém o monopólio. E está embutido dentro disso.

Quer dizer, no afã de se vender a empresa na época se esqueceu de cuidar dessas questões que estavam sob a guarda do Poder Judiciário.

E nesse aspecto quero congratular-me com Vossa Excelência ao propor essa comissão especial de investigação que certamente trará resultados positivos e esclarecerá a opinião pública e à Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados. eu faço inclusive um apelo ao nosso Digníssimo, Excelentíssimo Presidente para que logo que tenhamos as assinaturas formais necessárias possamos instalar essa comissão, já na segunda-feira dessa semana no sentido de que possamos concluir essa questão que é muito grave e que precisa ser resolvida.

Pelo menos nós, Deputados, teremos a obrigação de colocar ao nosso grande juiz, o povo do Paraná, toda essa questão para que fique muito claro, onde é que estão os 3 milhões de dólares e quem foram as pessoas que contribuíram para que 3 milhões de dólares saíssem dos cofres públicos e entrassem no bolso de um empresário de uma massa falida.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) No horário das lideranças consulto o PMDB.

Havendo declinado, consulto o PSDB.

Havendo declinado, consulto o PDC.

Havendo declinado, consulto o PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, e Senhores Deputados.

Foi lembrado pelo Deputado Alborghetti de pedido que eu fiz à Mesa em relação de uma consulta ao Ministério de Relações Exteriores e ao Diretor do Departamento de Polícia Federal a respeito da possibilidade ou não de oarmos na CPI ainda em andamento nesta Casa, muito embora parada, a respeito do contrabando no Porto de Paranaguá.

(Lê): "O Governo de Alfredo Stroessner, para o Brasil, foi dolorosamente marcado, pois era o Paraguai que recebia diariamente carros, caminhões, roubados em nosso território. Como também era o "paraíso do contrabando", em especial de café e soja, de tal sorte que o Paraguai, sem plantar soja, tornou-se um dos maiores exportadores mundiais do produto. Através de convênio assinado entre Brasil e Paraguai estabeleceu-se em Paranaguá um Entrepósito do Depósito Franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

Este entreposto passou a ser o escaudouro natural de produtos contrabandeados, fazendo do Paraguai e Estado do Paraná, a maior conexão de contrabando da América Latina. Fato este que deu origem, em maio de 1987, à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado. C.P.I. esta que, ao longo de muitos meses, ouviu depoimentos de caminhoneiros, policiais, autoridades, testemunhas de fatos delituosos, de origem brasileira e paraguaia. Ouviu, inclusive, o então Consul Paraguaio no Paraná, Justo Almada.

Buscou-se também provas dos delitos praticados. Enfim, praticou a C.P.I., todos os atos a si inerentes e por lei permitidos, para apurar as denúncias de contrabando no Porto de Paranaguá e na fronteira do Estado com o Paraguai.

Ocorre que a CPI em questão, encontra-

-se ainda tramitando na Assembleia, apenas temporariamente paralisada em decorrência do recesso legislativo, devendo, a Comissão, no próximo mês de março, retornar às suas atividades.

À Justiça cabe julgar. Alfredo Stroessner será julgado pelos crimes políticos que cometeu, isto, todavia, não pode impedir o Brasil de conceder a ele o asilo que a Constituição Federal garante. Como não pode o Brasil deixar de aproveitar a oportunidade que se lhe apresenta, para levar luz a fatos que estão de há muito encobertos, como os que foram levantados pela CPI que "examina as denúncias" de contrabando no Porto de Paranaguá e na fronteira do Estado com o Paraguai.

Alfredo Stroessner, atualmente residindo no Município de Guaratuba, neste Estado, e na possível espera do visto de asilo, poderá ser convocado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito que examina denúncias de contrabando e outros delitos envolvendo Paraná-Paraguai?

AMPARO LEGAL.

Salvo melhor juízo, examinando-se a Constituição da República, temos que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" (grifo nosso).

Art. 58 - O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....
§ 2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

.....
V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão".

E a Constituição Estadual vigente ainda:

"Art. 19 - A requerimento de um terço de seus membros, a Assembleia criará comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observando, em sua composição o disposto no art. 16, parágrafo único, item I".

E, finalmente, o Regimento Interno da Assembleia:

"Art. 34 - As comissões especiais e às de Inquérito serão constituídas por determinação da Assembleia mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar e do número de seus mem-

bro's".

CONCLUSÃO:

Se a nossa Lei Maior garante direitos a brasileiros e estrangeiros igualmente e assim também, entendemos, devam ser os deveres. As comissões, legalmente constituídas e em razão da matéria de sua competência, cabe solicitar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão, não especificando, a Constituição, se este cidadão é apenas, o brasileiro, ou também o estrangeiro. Pelo que, se depreende, seja tanto um como o outro.

REQUERIMENTO

Diante do exposto, REQUER, o encaminhamento de consulta ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Relações Exteriores e ao Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, no seguinte teor:

a- Tem o Senhor Alfredo Stroessner, na condição em que se encontra hoje no Brasil, algum impedimento legal que o impeça de ser convidado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito, já citada, com o fim de contribuir para elucidação dos fatos articulados na constituição da Comissão?

b- Não existindo impedimento, quais as formalidades que deverão ser atendidas, pela Assembléia do Paraná, na formulação do convite para comparecimento perante a C.P.I.?

Requer ainda que, desta proposição seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Assembléia Legislativa, em
21.02.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

Este Pedido de Informação eu já fiz com data de 21 de fevereiro de 1989, ainda quando era a Mesa Executiva anterior.

Até agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não recebi nenhum comunicado se os meus pedidos foram encaminhados ao Itamarati e à Polícia Federal.

Entendo que devemos aproveitar esta oportunidade antes que o Senhor Stroessner pegue o jatinho e desapareça daqui do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Eu subscrevi o pedido formulado pelo Deputado Furiatti para constituição de uma

Comissão Especial de Sindicância desta Casa, para apurar responsabilidade até a veracidade das notícias que tomam conta das manchetes dos jornais principais do Paraná com relação ao golpe, ao rombo, ao desvio criminoso ou não, de mais de três milhões de dólares do BADEP. Subscrevi o documento de iniciativa do ilustre Deputado Furiatti, não só subscrevi, como o apóio e parabeno ilustre Deputado Furiatti, sendo integrante do PMDB, não só integrante, vice-presidente do Diretório Regional, toma iniciativa que caberia naturalmente e obrigatoriamente a um Parlamentar de Oposição.

Mas, em se tratando de dinheiro do Estado, porque é do BADEP, que vai pagar conta ao Governo do Estado, faz bem o Deputado em sua iniciativa. O Deputado Alborghetti perguntou ao Deputado autor do pedido da formalização da Comissão: mas será Deputado Furiatti que não vai ficar como sempre ficou, quer dizer se constitui a Comissão de Inquérito, de Sindicância ou Especial, funciona, instala-se conclui, mas nós temos aqui a impunidade a ditar as normas das conclusões de tudo. E o Deputado Furiatti, argumentou: de qualquer forma o encaminhamento do documento que ele apresentava e solicitava apoio de outros Parlamentares. Faz-me lembrar, a exemplo do Deputado Alborghetti, a liquidação do BRDE, é evidente que lá foram 986 milhões de cruzados novos, que levaram a extinção do banco, o único Banco de Desenvolvimento Regional do Sul do Brasil, mas e a causa principal, qual foi? A de que os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, principalmente e parte menor do Paraná os governos não honraram os compromissos assumidos. Faliram o banco, os governos estaduais foram os responsáveis e são os responsáveis, mas que responsabilidade? O que é que vai acontecer com os Senhores governadores não, com os Governos que levaram a BRDE à sua extinção? Agora estamos sabendo de três milhões de dólares e se pede a formação, a formalização, a instituição de uma Comissão Especial desta Casa, quando esta Casa está transformada em Assembléia Estadual Constituinte, os prazos corrente, com as Comissões Temáticas agora, uma estrutura insignificante para ajudá-las particularmente seus presidentes seus relatores e me ocorre a exemplo do Deputado Alborghetti, será que não seria melhor que o Governo do Estado, transparente como é, como diz ser, tendo no Palácio Iguaçu um candidato à Presidência da República, não seria mais curto o caminho, mais viável, mais econômico, se o Governador do Estado determinasse ao BADEP que através de seus órgãos esta Casa fosse minuciosamente informada com nomes e detalhes, por quê? Organizar-se e formar-se

agora mais uma Comissão ... mais uma Comissão.

Chega de Comissões. Disse o Deputado Furiatti, subscrevi o cumprimento pela iniciativa, pela sua manifestação correta, que é a função precípua desta Casa de fiscalização dos atos do Poder Executivo, mas me parece que o caminho mais curto, Deputado Furiatti, e até antecipando-se ao que propõe Vossa Excelência, seria o próprio BADEP, por determinação do Senhor Governador do Estado que esta Casa fosse informada com detalhes verdadeiros sobre os destinos e a forma pela qual milagrosamente, criminosamente ou não, este cidadão beneficiou-se de mais três milhões de cruzados, três milhões de dólares. Quem vai pagar a conta é o povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Representação do PTB com a palavra.

(Declina).

Representação do PTN.

(Declina).

Representação do PT.

(Declina).

Representação do PL.

(Declina)

Está encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 303/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Eu não estou vendo. O número de votos contrários é maior do que o de votos a favor, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Basta Vossa Excelência requerer verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. (Pausa). 01 (um) Senhor Deputado aprova.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa) 08 (oito). Não há "quórum" para votação nem para prosseguimento da sessão.

Sobre a Mesa, requerimento de n. 195, de autoria da senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, às 14:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 303/88.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 212, 233, 234 e 240/88.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 45, 66, 201 e 203/88 e 24/89.

Levanta-se a sessão.